

EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL S.A.	
BELO HORIZONTE/MG	
CNPJ: 17.164.435/0001-74	

Na AGO de 30 de abril de 2018 foi aprovado o pagamento de dividendos relacionados ao exercício findo de 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 10.001. Na AGO de 28 de abril de 2017 foi aprovado o pagamento de dividendos relacionados ao exercício findo de 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 16.001 dos quais R\$ 10.626 foram pagos no exercício de 2017. Os ajustes de exercícios anteriores realizados em 2017, no montante de R\$ 1.052, refere-se a correção do contas a receber de controladas, e R\$564 de ajustes de impostos provisionados a maior pela Companhia. **(c) Ajuste de avaliação patrimonial** - O saldo registrado refere-se aos efeitos do ajuste do custo atribuído (deem- mento) dos itens do ativo imobilizado contabilizados em 2014, conforme descrito na Nota 12 e deduzido da provisão de imposto de renda diferido, conforme descrito na nota nº 16. A medida que os bens objeto de atribuição de novo valor são depreciados, amorti- zados ou baixados em contrapartida do resultado, os respectivos valores são, simultane- amente, transferidos da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial para a conta de lucros e prejuízos acumulados. **18 Seguros (não auditado)** - A Companhia adota uma política de seguros e garantias que visa à identificação de riscos e a consequente decisão sobre a contratação das coberturas securitárias adequadas para projetos, mantendo cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela Administração. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes. Para proteger a integridade dos seus bens e direitos, em suas obras e consórcios que possuem partici- pação, é considerado, principalmente, o agrupamento de riscos, o valor de reposição dos ativos e as particularidades de cada empreendimento. Uma área exclusiva da Com- panhia realiza a contratação, a identificação e a manutenção das garantias dos nossos negócios, assessorada por corretoras de renome internacional. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui as seguintes montantes de seguros e garantias contratados.

Importância Segurada	
2018	2017
Riscos de Engenharia	1.785.962
Responsabilidade Civil	206.831
Outros Seguros (patrimoniais, equipamentos, etc.)	78.823
Garantias (seguro garantia e fiança bancária)	440.709
	2.515.325

19 Receita líquida dos serviços	
2018	2017
Receita de Serviços	705.397
Receitas de Locação	7.160
Receita bruta dos serviços	712.557
Impostos sobre Vendas e Serviços	(45.702)
Receita líquida dos serviços	666.855

20 Custos e despesas por natureza	
2018	2017
Matérias-primas e materiais de consumo	213.288
Materiais vendidos	174.419
Despesas de depreciação e amortização	17.243
Despesas com folhas de pagamento	177.656
Despesas com alugueis e estrutura	70.144
Despesas manutenção e contratação de serviços	157.674
Despesas de viagens	7.868
Impostos, taxas e encargos	353
Despesas com energia elétrica	3.342
Outros	3.298
	650.866
Custos de vendas e dos serviços prestados	625.967
Despesas gerais e administrativas	24.899
	650.866

21 Despesas com provisões	
2018	2017
Multa FGTS	1.696
Provisão para contingência	(30)
Perdas estimadas em de crédito de liquidação duvidosa (i)	2.203
Provisão para garantias	1.466
Outras	37
	5.335
	36.050

(i) Em 2018 o montante de R\$ 1.070 de perdas efetivas inicialmente provisionadas nas linhas de Despesas com provisões foram reclassificadas para Outras receitas e despesas operacionais, líquidas.

22 Receita de indenizações - A Companhia registrou no ano de 2018, valor de indenização a receber por sinistro ocorrido no deslizamento de taludes, localizada na BR 381 no montante de R\$12.000. A ECB detém o seguro de risco engenharia, para eventuais danos no curso normal das suas atividades. A Companhia registrou no ano de 2017 valor de indenização a receber ao Consórcio Construtor Santa Bárbara, no montante de R\$ 17.042, conforme previsto em contrato, e o montante de R\$1.032 indenizações a obras em andamento. A indenização registrada ao Consórcio Santa Bárbara refere-se às pen- alidades por desmobilização de seus recursos, e reequilíbrio econômico financeiro. Em razão dos atrasos no andamento do contrato e também do longo período de sus- pensão, a ECB teve de suportar ociosidade dos custos diretos e indiretos mobilizados e à disposição da Contratante para execução dos trabalhos sem a correspondente re- muneração. Do valor registrado como indenização a receber, o montante de R\$ 16.588 foi provisionado como perda.

23 Resultado financeiro - O resultado financeiro é composto basicamente por:

	2018	2017
Receita financeira		
Juros de aplicação financeira	1.179	2.012
Varição cambial	48	64
Descontos obtidos	3	70
Swap	462	356
Outros	242	1.737
	1.934	4.239
Despesa financeira		
Swap	(127)	(174)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(14.356)	(9.918)
Varição cambial	(1.470)	(1.261)
Descontos concedidos	(2.087)	(2.145)
Despesas bancárias	(896)	(725)
Juros e Multa	(3.762)	(3.762)
Outros	(1.839)	(2.336)
	(24.532)	(16.559)

24 Análise dos instrumentos financeiros - A Companhia administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A administração revisa, periodicamente, a estrutura de capital da Com- panhia. A Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento da Companhia. **(a) Gestão de Risco de Capital** - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionis- tas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	2018	2017
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 13)	153.732	123.837
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(60.218)	(112.471)
Dívida Líquida	93.514	11.366
Total do patrimônio líquido	135.397	144.676
Total do capital	228.911	156.042
Índice de alavancagem financeira	40,85%	7,28%

	(b) Instrumentos financeiros por categoria:	
	2018	2017
	Custo	Custo
	FVTPL amortizado	FVTPL amortizado
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	60.218	112.471
Contas a receber de clientes	175.484	153.095
Partes relacionadas	42.826	21.614
Instrumentos financeiros e derivativos	799	337
	799	337
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	153.732	123.837
Fornecedores	68.707	57.960
Partes relacionadas	4.161	18.652
	226.600	200.449

Operação	Risco	Período até 31 de dezembro de 2018					
		Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
CDI	Aumento (redução) da cotação CDI	6,40	%	- 50%	-25%	+ 25%	+ 50%
IJLP	Aumento (redução) da cotação IJLP	6,98	7,03	3,52	5,27	8,79	10,55

Cenário atual: refere-se ao cenário real no encerramento do período de 31 de dezembro de 2018. **Cenário Base:** elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 22 de fevereiro de 2019, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central e CETIP, sendo que a Companhia considerou como provável em função de ser uma informação atualizada até a data de aprovação destas demonstrações financeiras. **Cenários I, II, III e IV:** conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variáveis em relação ao cenário provável, em -50%, -25%, 25% e 50% A sensibilidade dos instrumentos financeiros com base nas premissas descritas acima, pode ser assim demonstrada:

Operação	Risco	Cenário Atual					
		Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Financiamento ativo fixo	IJLP	34.606	37.039	35.737	36.388	37.690	38.341
Capital de giro	CDI	102.036	108.566	105.092	106.829	110.303	112.040
		136.642	145.605	140.829	143.217	147.993	150.381
	Efeito Ganho (Perda)	(8.963)	4.776	2.388	2.388	2.388	(4.776)

Operação	Risco	Cenário Atual					
		Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Operações Compromissadas	CDI	15.584	16.581	16.050	16.316	16.846	17.112
	Efeito Perda	15.584	16.581	16.050	16.316	16.846	17.112
		997	(531)	(265)	265	531	997
	Efeito Perda	(7.966)	4.245	2.123	2.123	2.123	(4.245)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Antônio Vasconcelos Mota dos Santos
Presidente do Conselho de Administração

José Lúcio Rezende Filho
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Eduardo Costa Simões
Manuel Antônio Mendes Teixeira

João Pedro dos Santos Dinis Parreira
Rafael Vasconcelos Moreira da Rocha

(c) Valor justo dos instrumentos financeiros - A Companhia possui instrumentos financeiros, contratos de swaps de taxa de juros, contratados pelo Banco Santander para administrar a sua exposição a riscos de taxa de câmbio. No ano de 2018 a Com- panhia registrou um ganho potencial, mensurado a valor justo, no montante de R\$ 799. **(d) Gestão do risco de taxa de juros** - A Empresa está exposta a riscos relaciona- dos a taxas de juros, pois obtém empréstimos tanto com taxas de juros prefixadas e aplicações financeiras vinculadas, principalmente ao CDI. A composição dos ativos e passivos indexados por taxas de juros pré-fixados e por CDI estão demonstrados nas Notas 4 (aplicações financeiras) e 13 (empréstimos e financiamentos). A Admin- istração da Companhia monitora estas transações para minimizar eventuais impactos decorrentes da flutuação das taxas. **(e) Análise de sensibilidade** - A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos das taxas de juros indexadas de seus ativos e passivos financeiros. Na análise as taxas foram estressadas em -50%, -25%, 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2018, a exposição da Companhia ocorre em função de ativos e passivos financeiros que estão sujeitos aos seguintes indicadores:

Operação	Risco	Período até 31 de dezembro de 2018					
		Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Financiamento ativo fixo	IJLP	34.606	37.039	35.737	36.388	37.690	38.341
Capital de giro	CDI	102.036	108.566	105.092	106.829	110.303	112.040
		136.642	145.605	140.829	143.217	147.993	150.381
	Efeito Ganho (Perda)	(8.963)	4.776	2.388	2.388	2.388	(4.776)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		A DIRETORIA	
Carlos Antônio Vasconcelos Mota dos Santos Presidente do Conselho de Administração		Rafael Vasconcelos Moreira da Rocha	- Diretor Presidente
José Lúcio Rezende Filho Vice-Presidente do Conselho de Administração		Manuel Antônio Mendes Teixeira	- Diretor Vice-Presidente
Eduardo Costa Simões		Duarte Nuno Viana de Oliveira Braga	- Diretor Financeiro
Manuel Antônio Mendes Teixeira		Gilberto Tavares dos Santos	- Diretor Técnico
João Pedro dos Santos Dinis Parreira		Rui Pedro Pinheiro de Almeida Dias Simões	- Diretor Operacional

Contadora Responsável:
Thais Nery Assunção - CRC MG 111.456

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

relevante, pela mesma razão e valores mencionados na seção "Base para opinião com ressalva - Desvio contábil". Da mesma forma, não foi praticável nas circunstâncias, determi- nar se algum ajuste seria necessário às outras informações em função do assunto menciona- do na "Base para opinião com ressalva - limitação de escopo". **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações fi- nanceiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações finan- cieras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Com- panhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o en- cerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações finan- cieras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, toma- das em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais dis- torções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, den- tro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independen-

mente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficien- te para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resul- tante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas in- tencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a ade- quação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de conti- nuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, deve- mos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais de- ficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 5 de abril de 2019

Aos Administradores e Acionistas Empresa Construtora Brasil S.A. **Opinião com ressal- va** - Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Construtora Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do pa- trimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva - desvio de prática contábil" e pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva - limitação de escopo", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Construtora Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva - desvio de prática contábil** - A Companhia possui contas a receber de clientes no montante de R\$ 24.322 mil em 31 de dezembro de 2018 e 2017 que estão vencidos há mais de dois anos. Apesar das fortes evidências de impairment, não foi reconhecida provisão para perdas dos saldos em questão. Nesse con- texto, o ativo circulante e o patrimônio líquido da Companhia estão apresentados a maior no montante de R\$ 16.053 mil em 31 de dezembro de 2018 e 2017, líquido dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. **Base para opinião com ressalva - limitação de escopo** - A Companhia possui um investimento na controlada holding ECB Suma Participações S.A., no montante de R\$ 13.889 mil em 31 de dezembro de 2017, a qual, por sua vez, detinha investimento na controlada indireta Consita Tratamento de Resíduos S.A., avaliado pelo método de equivalência patrimonial, cujo saldo em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 41.470 mil, e que produziram resultado negativo de equivalência patrimonial de R\$ 260 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Esses investimentos foram vendidos em maio de 2018 por seu valor contábil. O escopo de nosso trabalho em 2017 não incluiu a auditoria das demonstrações financeiras da ECB Suma Participações S.A. e sua controlada Consita Tratamento de Resíduos S.A. Não obtivemos evidência de audito-

ria apropriada e suficiente em relação ao saldo desses investimentos em 31 de dezembro de 2017 e ao resultado por eles produzidos no exercício findo nessa data. Portanto, não foi praticável nas circunstâncias, determinar se algum ajuste seria necessário às demonstrações financeiras da Companhia, caso a referida evidência houvesse sido obtida. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Respon- sabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Fed- eral de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outras informações que acompanham as de- monstrações financeiras e o relatório do auditor** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administra- ção e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevan- te, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva - desvio de prática contábil" a Companhia não reconheceu provisão para perdas de recebíveis com indicativos de impairment, e, conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva - limitação de escopo", não foi praticável para nós obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada para corroborar os saldos de investimentos na controlada holding ECB Suma Participações S.A. e na controlada indireta Consita Trata- mento de Resíduos S.A. em 31 de dezembro de 2017 e ao resultado por eles produzidos no exercício findo nessa data. Concluímos que as outras informações apresentam distorção

PricewaterhouseCoopers
Auditors Independentes - CRC 239/000160/O-5
Fábio Abreu de Paula - Contador CRC IMG 075204/O-0

